

***IDENTIFICANDO AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (SALA DE
RECURSOS): AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DIAGNÓSTICA.***

*Identifying Special Educational Needs in Specialized Educational Aid
(Resource Room): Diagnostic Educational Evaluation.*

Márcio Pereira

Resumo: O artigo discute sobre a identificação das necessidades educacionais especiais no atendimento educacional especializado - sala de recursos. O objetivo é o de contribuir com a reflexão da avaliação educacional diagnóstica feita pelo professor especializado para a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), aos estudantes que são alvo da educação especial como modalidade de ensino. A metodologia é a revisão bibliográfica que nos coloca em contato direto com o material já escrito sobre o assunto em questão. Verifica-se que a temática é pouco explorada mostrando-se um campo fértil para pesquisas e de fundamental relevância para o direcionamento ao atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Avaliação Diagnóstica. Deficiência. Professor. Inclusão.

Abstract: The article discusses the identification of special educational needs in the specialized educational service - resource room. The objective is to contribute to the reflection of the diagnostic educational evaluation made by the specialized teacher for the elaboration of the Plan of Specialized Educational Assistance (PAEE), to the students who are the target of the special education as a teaching modality. The methodology is the bibliographic review that puts us in direct contact with the material already written on the subject in question. It is verified that the thematic is little explored showing a fertile field for research and of fundamental relevance for the direction to the specialized educational service.

Keywords: Diagnostic Evaluation. Deficiency. Teacher. Inclusion.

INTRODUÇÃO

Este artigo emerge da experiência na coordenação de um Serviço de Apoio Especializado aos alunos com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento, realizado de 2008 a 2015, na cidade de Divinópolis, numa escola especial da rede pública estadual, as salas de recursos existentes nas escolas comuns do ensino regular, no contra turno, de acordo com as orientações da Resolução CEE Nº 460/2013 e o Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais/SEE/2014.

O serviço especializado sala de recursos é uma das ofertas oferecida pela Educação Especial, na modalidade de ensino, no apoio aos alunos com quadros de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e/ou com altas habilidades / superdotação, matriculados em quaisquer níveis de ensino. Este serviço acontece no contra turno da escolarização e é considerado um serviço complementar, ou seja, um serviço que a escola pode usufruir para contribuir na acessibilidade ao percurso educacional dos referidos alunos.

Nesse atendimento, de acordo com as orientações da SEEMG (2014), são abordadas questões pedagógicas diferentes das oferecidas na sala de aula comum e que são necessárias para melhor atender às especificidades de cada aluno. As atividades da sala de recursos não podem ser confundidas com uma mera aula de reforço, com o atendimento clínico, tampouco, com um espaço de socialização. As atividades desenvolvidas nesse serviço não devem ter como objetivo o ensino de conteúdos acadêmicos, tais como a Língua Portuguesa, a Matemática, dentre outros. A finalidade do atendimento educacional especializado é “promover o desenvolvimento da cognição e meta cognição, atividades de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologias assistivas” (SEEMG, 2014, p. 17).

De acordo com as legislações, o professor de sala de recursos pode atender de 15 a 30 alunos. O atendimento pode ser individual ou em pequenos grupos compostos por necessidades educacionais semelhantes, em módulos de 50 minutos até 02 horas dia, sendo a frequência determinada pelo professor de sala de recurso

e de acordo com o seu plano de atendimento. Esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica da escola de origem do aluno.

O professor especializado, de acordo com as orientações legais, deve ter formação a nível de pós-graduação para atuar no serviço em questão. Esta formação, de acordo com Corrêa (2002) deve capacitar o professor a organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens, conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; motivação dos alunos as aprendizagens, o trabalho em equipe, a utilização de tecnologias assistivas, a discussão da participação da escola comum e da família no processo de aprendizagem e as especificações de cada deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, como também, comunicação aumentativa e alternativa.

Contudo, apesar da formação específica para atuar no referido serviço, no exercício dos atendimentos, muitas dúvidas surgem em relação aos passos da avaliação inicial para orientar a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

Mediante as orientações da SEEMG (2014) o PAEE deve ser elaborado pelo professor especializado a partir da interlocução com o professor regente de aula ou de turma, com o Professor de AEE - Apoio (Professor Intérprete de Libras, Professor de Apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologias Assistivas e Professor Guia-Intérprete) e com a família do aluno, buscando informações sobre as suas necessidades específicas, em relação a sua participação na escola e a sua aprendizagem. E é a partir da coleta das informações sobre o aluno juntamente com a avaliação inicial das necessidades educacionais especiais do mesmo, feita pelo professor especializado, que se elabora o plano de atendimento especializado.

No decorrer do apoio realizado aos professores da sala de recursos as perguntas sobre a avaliação inicial eram muitas. Muitas dúvidas existiam no quesito dos itens a serem considerados na avaliação inicial que nortearia com clareza a elaboração do PAEE. Assim, esse texto visa levar reflexões quanto a essas questões para que o professor especializado possa se referenciar e o termo que

traduz a avaliação inicial no serviço especializado é avaliação educacional diagnóstica.

CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia é a etapa que sustenta a construção do conhecimento científico e este trabalho se respalda na pesquisa bibliográfica, que de acordo com Carvalho (1991), “desperta o interesse pelo tema e o espírito indagador e crítico acerca de múltiplas dimensões de uma dada realidade”. (CARVALHO, 1991, p. 156). Desta forma, foram utilizados textos que destacam as principais contribuições encontradas segundo o interesse deste estudo.

DISCUSSÃO: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DIAGNÓSTICA

Para que o apoio pedagógico especializado seja bem estruturado, e que ofereça de acordo com Guimarães (2002, p 47)) “procedimentos didáticos específicos e adequados as necessidades educacionais dos alunos”, o primeiro passo seria a realização da avaliação educacional diagnóstica com o objetivo de identificar quais são as necessidades educacionais especiais do aluno, ou seja, quais são as possibilidades e as dificuldades encontradas pelo aluno com quadro de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), altas habilidades/superdotação na sua relação com o conhecimento (ensino/aprendizagem) que necessitam do serviço de complementação e/ou suplementação pedagógica no âmbito da educação especial.

Muitos profissionais entendem que o trabalho do serviço especializado se fundamenta apenas na complementação pedagógica, o que invoca a ideia de falta. Contudo, é preciso investir nas possibilidades do aluno ou no que ele já desenvolveu e este trabalho está ligado à ideia da suplementação pedagógica, ou seja, avançar verticalmente em relação ao conhecimento já adquirido.

O apoio pedagógico especializado não está ligado aos conteúdos oferecidos no espaço da escola comum regular, como já citado. Ele atende ao desenvolvimento do aluno e as relações que são estabelecidas com o conhecimento de forma geral, não só acadêmico. O objetivo primordial é o de promover a *autoestima*, o *autoconceito* e a *autoimagem*¹ desse aluno, a sua autorregulação², a sua independência. Nesse sentido, infere-se que dispensar o aluno do serviço especializado não está atrelado a sua evolução no conhecimento escolar, mas na sua capacidade de resolver situações-problema no seu cotidiano, ou seja, quando o aluno possuir consciência de suas limitações e a partir daí encontrar estratégias para se adaptar ao mundo que o cerca. Desta forma, pode-se pensar que a dispensa do serviço especializado não está ligada ao conhecimento acadêmico propriamente dito, mas no entendimento do aluno de suas capacidades e limitações e das formas que ele organiza para se adaptar ao mundo que o cerca.

Obviamente, o objetivo do serviço especializado é o de facilitar a acessibilidade do aluno na escola comum do ensino regular, melhorando seu desempenho escolar. Os estudos de Prioste (2006) em relação ao desempenho da pessoa com deficiência no espaço escolar identifica que o professor regular pensa que o aluno deve “render” e se deve aprender a ler e a escrever, pois, se não, qual seria o sentido de frequentar a escola. No entanto, como direito, todos devem ser matriculados nas escolas comuns e todos possuem seus modos de aprender e os professores, independentemente de serem regulares e/ou especializados, devem acreditar no potencial e na capacidade de transformação de todos.

Prioste (2006) diz que o professor, seja regular ou especializado, deve dar oportunidade ao aluno, público alvo da educação especial, de demonstrar suas capacidades, embora ele possa ter um rendimento abaixo da média, através de

¹Autoestima refere-se ao grau em que valorizamos uma “coisa”, o autoconceito é uma ideia, uma noção, algo em que pensamos e autoimagem é uma representação de algo, não uma coisa real. (Oaklander, Violet. Descobrimos crianças. Ed. Summus, p.309).

² Autorregulação é um processo de consciência em relação ao “porque”, ao “como” de uma ação. O sujeito entende o porquê está realizando e como o está realizando, podendo assim antecipar, adiantar ou mesmo adiar uma ação (atitude, comportamento). De acordo com Piaget para que ocorra uma adaptação ao ambiente, o indivíduo deverá equilibrar uma descoberta, uma ação com outras ações. A base do processo de equilibração está na assimilação e na acomodação, isto é, promove a reversibilidade do pensamento, é um processo ativo de autorregulação.

situações de aprendizagens significativas, seja de forma coletiva ou individual, mas que possam ser acessíveis as suas necessidades.

No atendimento educacional especializado além da avaliação educacional diagnóstica, que é o nosso foco de discussão, os alunos devem ser avaliados diariamente, com o objetivo de verificar seu progresso em relação aos objetivos propostos no Plano de Atendimento do AEE.

A avaliação deve constituir-se em um acompanhamento diário, diagnóstico contínuo e progressivamente o processo de desenvolvimento dos alunos, identificado progressos e dificuldades de cada um bem como os aspectos escolares que estão sendo positivos e produtivos e aqueles que precisam de um novo planejamento para propiciar condições ao aluno na construção do conhecimento (SEE, 2003, sp)

A avaliação diária tem como objetivo regular os processos de aprendizagem e o acompanhamento pedagógico especializado. É uma atividade intencional, cuja finalidade é conhecer para tomar decisões em relação ao apoio pedagógico especializado que é oferecido ao aluno. A partir da avaliação educacional diagnóstica ou mesmo da avaliação diária o professor deve buscar conhecimentos, pesquisar recursos e metodologias com o objetivo de oferecer ao aluno situações de aprendizagens que possibilitem uma aprendizagem com sentido. De acordo com Corrêa e Pimentel (2010) aprender com sentido é um processo de construção de significados a partir das interações que se desenvolve com o objeto do conhecimento e com os demais participantes mediadores da relação ensino/aprendizagem. Na aprendizagem com sentido as atividades resolvem uma necessidade ou um desejo e se constituem numa elaboração permanente das experiências vividas.

A avaliação educacional diagnóstica tem uma dimensão significativa, pois tem como objetivo identificar as causas apresentadas pelos alunos em relação a algumas dificuldades específicas na assimilação/acomodação das experiências de aprendizagem, ocorridas em seu desenvolvimento pessoal e nas relações que são estabelecidas com o objeto do conhecimento, como, também, as aprendizagens já

adquiridas e as formas que as mantém. O objeto dessa avaliação é o aluno em seu contexto de vida social, familiar, pessoal e educacional (MEC, 2005, p.47)

De acordo com Corrêa e Pimentel (2010) o uso do termo “avaliação educacional diagnóstica” é bastante recente e tem suas explicações no deslocamento do enfoque clínico para o enfoque educacional. Segundo Solé (2001)

Quando falamos de diagnóstico, referimo-nos a uma atividade limitada à busca de patologias nos indivíduos como causa explícita de seus desajustes e, portanto, relacionada com um modelo médico explicativo da conduta (...). Se falamos de avaliação, referimo-nos a um tipo de informação muito mais amplo sobre a pessoa, que não fica centrado exclusivamente no indivíduo, mas também no seu ambiente e na interação entre ambos, e que não utiliza como procedimento principal e quase único os testes psicológicos ou a avaliação clínica. (SOLÉ, 2001, p.188)

A avaliação educacional diagnóstica não é um acontecimento por si só, ou uma mera parte, um momento especial no trabalho do professor do serviço especializado. É um processo contínuo que implica reflexões e interpretações dos acontecimentos e atividades realizadas no atendimento educacional especializado, à medida que ocorrem. Ou seja, a partir dos dados coletados e interpretados o professor especializado pode tomar decisões pedagógicas contextualizadas. “Os dados interpretados oferecem suporte tanto para concluir sobre os progressos do aluno quanto para a organização de novas atividades” (SEE, 2003, sp).

Realizar uma avaliação educacional diagnóstica no espaço do atendimento educacional especializado/sala de recursos é muito importante, pois ajuda o professor especializado a organizar atividades de aprendizagens significativas de forma que tenham sentido para os alunos e promova sua autonomia. As decisões pedagógicas especializadas fundamentadas nesse diagnóstico certamente serão as mais estimuladoras do processo de ensino aprendizagem da criança.

Mediante as orientações da SEE (2003) a avaliação necessita de registros descritivos e quantitativos como instrumentos auxiliares do trabalho pedagógico e cada serviço deve criar o seu instrumento de registro a partir de um estudo adequado e eficiente ao seu contexto. O importante é que os instrumentos utilizados

para a elaboração do PAEE apresentem campos para os registros pontuais significativos sobre cada aluno e possibilitem perceber os avanços progressivos. Esses instrumentos devem ser analisados se realmente conseguem demonstrar se as ações de intervenção planejadas e seus resultados atendem as reais necessidades dos alunos.

COLOCAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DIAGNÓSTICA

A intenção fundamental de um professor do serviço especializado em relação a um aluno acompanhado pelo AEE é analisar as atitudes e os procedimentos que estes utilizam para construírem as estruturas que fundamentam suas ações e que lhes possibilitam adquirir e desenvolver seus conhecimentos. De outra forma, de acordo com Dolle (1999), como este professor deve compreender como os alunos fazem para passar de estados de menor conhecimento aos estados de conhecimentos mais avançados. Daí decorre uma atenção particular voltada para as ações cognitivas (pensamento, memória, atenção, concentração, raciocínio, linguagem) e meta cognitivas dos alunos, as únicas suscetíveis de fornecer informações de que o professor necessita para fundamentar o apoio pedagógico especializado.

O professor especializado, ou mesmo a escola comum, não deve ficar preso ao diagnóstico clínico, mas deve estar atento as respostas educativas que são dadas por todo o ambiente onde aluno está inserido.

Essas considerações permitem concluir que diagnosticar a natureza da deficiência considerando-a como o único critério de abordagem para as desvantagens escolares, “comunica” pouco acerca das necessidades educacionais a serem supridas, na escola. Dizendo de outro modo, não existem critérios objetivos e confiáveis para relacionar deficiência – enquanto atributo isolado do indivíduo – e as dificuldades de aprendizagem que enfrenta, pois a maioria destas é devida às condições educacionais incapazes de supri-lhes as necessidades que, nem sempre, decorrem de deficiências, com base orgânica. (MEC, 2005, p. 33)

Quando não se é capaz de compreender as dificuldades de um aluno, deve-se perseverar nas investigações, aprofundá-la, diversificar as estratégias, verificar outras dimensões ou âmbitos que possam estar contribuindo para acentuar a dificuldade, mas jamais fazer interpretações não fundamentadas. Se o professor do serviço especializado passar o tempo avaliando somente o desempenho acadêmico estará apenas constatando os “déficits”, e acima de tudo, sem compreendê-los.

Entretanto, uma vez realizada a avaliação educacional diagnóstica o apoio pedagógico especializado apenas se inicia, pois, as informações obtidas servem de base para a elaboração do Plano de Atendimento do AEE. Independente das dificuldades apresentadas pelos alunos em termos do seu desenvolvimento cognitivo ou da sua relação com o conhecimento, a avaliação educacional diagnóstica só terá sentido quando nos permitir intuir uma continuidade, sob a forma de uma ajuda eficiente. O apoio pedagógico especializado tem como meta permitir as pessoas com deficiência ou com quadros de TGD, altas habilidades/superdotação ter a coragem de enfrentar os desafios e entender as ações e soluções encontradas, para assim saber aplicar em outras situações.

O apoio pedagógico especializado deve favorecer, com efeito, a exploração ativa de todos os possíveis de uma ação, isto é, devem permitir conhecer não somente o que é visível e palpável, mas também, sobretudo, aquilo que está implícito. O processo do trabalho pedagógico especializado deve conduzir cada sujeito aluno a agir sobre o real para construir e, isto feito, construir estruturas que lhe fazem falta. É efetivamente colocando em ação os esquemas que o aluno possui para resolver as situações-problema que se chegará a encontrar outros esquemas mais apropriados e de maior mobilidade e eficiência (DOLLE, 1999).

Para que se faça uma avaliação educacional diagnóstica do desenvolvimento cognitivo de um aluno que é encaminhado para o atendimento educacional especializado, e sabedores que suas dificuldades centrais se dão nesse desenvolvimento, é necessário ter um conhecimento aprofundado das teorias cognitivistas. Agora, além da avaliação educacional diagnóstica do desenvolvimento cognitivo outros aspectos devem ser levados em consideração, de acordo com MEC (2005) a saber: o âmbito educacional, o familiar e outros aspectos do

desenvolvimento do aluno como o motor, o interpessoal, o comunicacional. Assim, a proposta destes outros aspectos da avaliação educacional diagnóstica está inspirada nas modernas concepções interativas e contextuais do desenvolvimento humano.

No caderno Saberes e Práticas da Inclusão (MEC, 2005) a dimensão de análise instituição educacional escolar comporta, dentre outros, os aspectos filosóficos (crenças e valores), estruturais e funcionais da escola. A dimensão de análise da ação pedagógica pode desdobrar-se nos seguintes aspectos: o professor; a sala de aula; os recursos de ensino e de aprendizagem; as estratégias metodológicas usadas para o ensino dos conteúdos curriculares e estratégias avaliativas. Quanto às características do ambiente familiar alguns aspectos merecem atenção: condições físicas da moradia, cultura, valores em que acreditam, atitudes frente à vida e expectativas de futuro. Na dimensão do convívio familiar, cinco aspectos podem ser considerados na avaliação: pessoas que convivem com o aluno; relações afetivas; qualidade das comunicações, oportunidades de desenvolvimento e da conquista da autonomia. Para o nível de desenvolvimento do aluno, os aspectos apresentados para serem analisados são: características funcionais e competências curriculares, e nas condições pessoais a natureza das necessidades educacionais especiais que apresenta.

De acordo com Corrêa e Pimenta (2010) a premissa que sustenta a avaliação dos aspectos acima citados é a de que os processos de desenvolvimento e de aprendizagem são resultantes da interação do sujeito (com seu equipamento heredo-biológico de base e sua história de vida) com os adultos, colegas e amigos significativos, nos diversos contextos de vida (família, escola e sociedade) e com os objetos do conhecimento. Assim, a proposta é a de mostrar que o aluno não é o único foco de análise, pois a avaliação se baseia numa concepção interativa e contextualizada do desenvolvimento e aprendizagem.

Importante entender que é praticamente impossível avaliar tudo ao mesmo tempo. Por esta razão, pragmática, é importante ter alguns indicadores específicos de aspectos a serem considerados, mas que devem ser analisados na reciprocidade de suas influências. Com as pressões decorrentes do fator tempo escolar e com a

escassez de recursos educacionais, há que prevalecer o bom senso na seleção de prioridades para analisar, segundo os objetivos da avaliação.

De acordo com a SEE (2003) espera-se que a utilização da avaliação educacional diagnóstica tenha sempre presente as indagações:

- O que nos permite afirmar que determinados alunos apresentam necessidades educacionais especiais exigindo atenção diferenciada?
- Que necessidades são essas, considerando-se tanto os alunos individualmente, como os ambientes da escola e de sua casa?
- Como supri-las, em casa ou na escola oferecendo recursos e atendimentos que contribuam para o progresso pessoal, social e acadêmico dos alunos?

Então, de acordo com as orientações do MEC (2005) é relevante que o professor especializado ao realizar a avaliação educacional diagnóstica dê atenção aos seguintes aspectos: conduta do aluno diante da avaliação; desenvolvimento cognitivo e psicolinguístico; desenvolvimento psicomotor; desenvolvimento emocional; desenvolvimento social; estilo de aprendizagem; avaliação dos conteúdos (português, matemática, história, geografia, ciências); contexto social e familiar; análise do contexto da sala de aula; análise do contexto escolar.

Como se vê, fazer uma avaliação educacional diagnóstica é de suma importância para o planejamento das ações e estabelecimento de estratégias, com o objetivo de mediar o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno atendido no serviço especializado. O mais importante em todo o processo é ter a certeza de que todas as pessoas, independente de sua condição existencial, têm possibilidades de aprendizagem, de se reconhecer e crescer enquanto ser humano. Se assim pensarmos estaremos dando um grande passo as ações inclusivas.

A avaliação, de acordo com o caderno “Inclusão escolar” da Associação Brasileira de Esclerose Tuberosa (2005, p.34), “não deve estar centralizada no fracasso do aluno, ela deve ser considerada como uma reflexão em busca do fenômeno observado”.

ALGUMAS QUESTÕES IMPORTANTES PARA COMPOR A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DIAGNÓSTICA

A EXPECTATIVA DO PROFESSOR

De acordo com Duck (2007) é importante estar atento as influências da expectativa dos docentes na aprendizagem dos alunos. Não resta dúvida que as crenças e o que os professores esperam de seus alunos têm considerável repercussão no desenvolvimento escolar dos mesmos. Prioste (2006) diz que há evidências suficientes comprovando que, na medida em que os docentes confiam na capacidade de seus alunos obterem sucesso na aprendizagem, eles desenvolvem uma opinião positiva sobre si mesmos, o que eleva sua autoestima e os estimulam a assumir novos riscos durante seu processo de aprendizagem, com substancial parcela de motivação para chegar ao objetivo estabelecido. Ao contrário, os professores que demonstram baixa expectativa a respeito das possibilidades de desenvolvimento de seus alunos, agem com base nas suas crenças e, portanto, tendem a fazer menos exigências a esses alunos, proporcionam-lhes menos esforços, apoios e limitando oportunidades de participação e aprendizagem. Tal fato torna-se particularmente grave no caso dos alunos que, por diversas razões, não progridem satisfatoriamente na escola; dentre eles, os alunos com quadro de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Abaixo, de acordo com Duck (2005, p. 225) alguns pontos de reflexão a respeito do processo e desenvolvimento de uma expectativa criada pelo professor em relação ao aluno:

- O professor cria expectativas em relação aos alunos baseando-se nas características destes, em seu histórico e em seus resultados, sua conduta e, inclusive, seu físico. Essas expectativas determinam a conduta do professor em relação ao aluno.
- O aluno interpreta o comportamento do professor e entende que esta é provocada por alguma característica duradoura em sua própria pessoa e continuará esperando do professor o mesmo tratamento. O aluno reage à conduta do professor, confirmando as expectativas deste.

- O professor interpreta a reação do aluno e tende a fazê-lo buscando a confirmação das ideias que já tem, atribuindo as condutas que estão de acordo com essas ideias às características do aluno, e as condutas que as contradizem a fatores casuais. É preciso que, repetida e claramente, isto não se confirme a fim de que o professor mude suas expectativas.
- Finalmente, o aluno na medida em que acomoda sua conduta às expectativas do professor, muda o conceito que tem sobre si mesmo: seu comportamento tende a impelir seu pensamento.

Duck (2005) diz que

se as expectativas do professor são positivas e altas, sem dúvida influirão favoravelmente no rendimento do aluno. Caso contrário, a situação a que se expõe o aluno põe em risco seu aproveitamento imediato e, o que é mais importante, a formação de sua personalidade (DUCK, 2005, p. 225)

De acordo com Duck (2005) um modo de avaliar se há expectativa positiva por parte do professor a respeito do aluno é quando, dentre várias outras características, o professor: lembrar do aluno e o chamar pelo nome, fazer frequente contato visual com o aluno, prestar atenção aos seus comentários e respostas, não interromper o aluno quando este fizer intervenções, aguardar o tempo necessário para que o aluno responda a sua pergunta, atribuir ao aluno responsabilidades e solicitar sua colaboração nas atividades, etc.

ESTILOS DE APRENDIZAGEM

Portilho (2009) que geralmente o estilo de aprendizagem está em como as pessoas gostam de aprender. Duck (2005) diz que a expressão “estilo de aprendizagem” se refere ao jeito (método) como cada um obtém o conhecimento. Por exemplo, ao ler um texto o estudante pode preferir ler em voz alta, assinalar texto, debater o tema com um colega, fazer resumo ou esquemas, etc. Essas preferências,

ou tendências para utilizar certas estratégias de aprendizagem do que outras os autores definem como estilo próprio de aprendizagem.

De acordo com Duck (2005) cada um aprende de um jeito e possui um tempo para a adquirir o conhecimento, ou seja, cada um terá acesso aos conteúdos programáticos de maneira distinta e progredirá mais em certas áreas do que em outras.

Portilho (2009) e Duck (2005), nos seus estudos, dizem que as diferenças na aprendizagem resultam de fatores ligados a condições pessoais de cada pessoa (idade, poder de concentração, interesses, motivações etc.) bem como as condições do entorno e as oportunidades que a pessoa porventura tenha tido para desenvolver as funções e habilidades cognitivas necessárias para processar a informação e para resolver problemas de maneira eficaz, como, por exemplo, a capacidade de generalizar, abstrair, categorizar, sintetizar, captar de maneira precisa a informação etc. Tanto do ponto de vista do aluno como do professor, o conceito de estilos de aprendizagem mostra-se particularmente atraente porque oferece grandes possibilidades de atuação com vistas a conseguir uma aprendizagem mais efetiva.

O conceito de estilo de aprendizagem está diretamente relacionado com a concepção da aprendizagem como processo ativo. Se considerarmos que a aprendizagem equivale a receber informação de maneira passiva, o que o aluno faça ou pense não será muito importante. Se, porém, entendermos a aprendizagem como um processo ativo de construção pessoal do conhecimento, o papel desempenhado pelo aluno, nesse processo, será decisivo. Os diferentes modelos e teorias existentes a respeito de estilos de aprendizagem nos oferecem um contexto referencial que nos ajuda a entender os comportamentos que observamos diariamente na sala de aula, o modo como esses comportamentos se relacionam com a forma de aprender dos alunos e os tipos de atuação suscetíveis de se tornarem mais eficazes em dado momento (DUCK, 2005, p.229).

Certamente, todos possuem formas de elaborar e internalizar a informação e esses estilos irão variar em função da natureza do conteúdo., a afinidade que se tem com o conteúdo e os conhecimentos prévios que se possui sobre o mesmo. Assim, é importante não utilizar os estilos de aprendizagem como meio de classificar os

alunos, pois, nossos modos de aprender evolui e se modificam constantemente, da mesma forma como acontece conosco.

Pensando nas dimensões do estilo de aprendizagem e a motivação para aprender, de acordo com Baltasar Ramos Gisbert³ (apud, DUCK, 2005), é importante verificar para os alunos com necessidades educacionais especiais os seguintes pontos:

Em que condições físico-ambientais (som, luz, temperatura, localização etc.) o aluno trabalha com mais conforto; Quais são suas respostas e suas preferências em relação a diferentes agrupamentos (grupo grande, grupo pequeno, trabalho individual) para realizar as tarefas escolares; Quais são as áreas, conteúdos e tipo de atividades em que está mais interessado, se sente mais confortável, tem mais segurança; Qual é seu nível de atenção (em que momentos da aula está mais atento; de que maneira podemos prender melhor sua atenção; quanto tempo seguido pode concentrar-se em uma atividade); Que estratégias o aluno emprega para a execução de tarefas: reflexivo/impulsivo, recursos que utiliza, erros mais frequentes, ritmo de aprendizagem; e que reforços têm resultado mais positivos para ele: a que tipo de reforço responde; se valoriza seu próprio esforço; se sente satisfeito com seus trabalhos (duck, 2005, P. 230)

CONSIDERAÇÕES

A avaliação educacional diagnóstica é de suma importância para que o professor da sala de recursos tenha dados sobre o aluno e possa pensar nas estratégias que serão usadas para atender as necessidades do aluno.

Torna-se importante frisar que o serviço de atendimento educacional especializado não é um serviço de reforço pedagógico e nem um serviço ligado à saúde, nesse sentido a avaliação educacional diagnóstica nos apontará quais são os pontos necessários e iniciais que devam ser primeiramente assistidos com

³Psicólogo. Professor especialista em Educação Especial. Orientador do Centro Público de Educação Especial “Primitiva López” de Cartagena. (Múrcia, Espanha).

intervenções estritamente pedagógicas ligadas as necessidades especiais do aluno, ou seja, o que faz com que ele não consiga acompanhar a escola devido a sua deficiência, quadro de transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. É importante que o professor da sala de recursos saber de todo o processo escolar da escola comum do ensino regular e, também, entender de toda a composição curricular proposta pela escola do aluno e pela legislação vigente, para poder associar o seu trabalho a estas solicitações.

Deve o professor especializado, ao levantar os dados do aluno, identificar a necessidade de acompanhamento da área da saúde, encaminhá-lo para os setores responsáveis do município ou órgãos públicos ou privados que façam tal atendimento. Por isso, a importância do professor da sala de recursos saber onde e como funcionam todos os serviços ligados à criança, aos jovens e aos adolescentes existentes nos municípios para que as orientações sejam precisas.

Também, nesse momento, é muito importante que o professor especializado verifique se o aluno possui algum benefício social como o BPC (Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social) e orientá-lo quanto à aquisição desse benefício.

Enfim, ainda há muitas discussões a serem feitas sobre a avaliação educacional diagnóstica no serviço especializado, mas nesse é importante lembrar que se deve, sempre, estar realizando a avaliação, entendendo que ela é processual e contínua.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCLEROSE TUBEROSA (abet). **Inclusão Escolar:** aceitando desafios, superando dificuldades, trabalhando possibilidades. Belo Horizonte: Armazém das ideias, 2005.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. (org). **Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas:** construindo o saber. 3ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

CORRÊA, Rosa Maria e PIMENTEL, Maria Auxiliadora Mattos. **Avaliação Educacional Diagnóstica e as Práticas Curriculares**. Curso formação de professores em educação Inclusiva/PUC Minas, 2010.

CORRÊA, Rosa Maria. Forma-Ação de Professores. In: **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**/Tânia Mafra Guimarães (org), BH: Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, 2002. pp. 27 a 36.

DOLLE, Jean-Marie. **Essas crianças que não aprendem: diagnósticos e terapias cognitivas**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DUCK, Cyntia. **Educar na diversidade: material de formação docente**. 3. Ed, 2. Impressão – Brasília/MEC/SEESP, 2007.

GUIMARÃES, Tânia Mafra. Educação Inclusiva – Construindo Significados. In: **Educação Inclusiva: construindo significados novos para a diversidade**/Tânia Mafra Guimarães (org), BH: Secretaria do Estado de Educação de Minas Gerais, 2002. pp. 37 a 41.

PRIOSTE, Cláudia. O que se pode “esperar” do desempenho da pessoa com deficiência mental? In: RAIÇA, Darcy (et.al) **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp. 2006.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de ensino de Minas Gerais**, versão 3/2014.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação Diretoria de Educação Especial. **Ação Pedagógica para a inclusão: avaliação buscando alternativas**. Caderno 2, 2003

MEC (Brasília). Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**., 2005.

PORTILHO, Evelise. **Como se aprende?** Estratégias, estilo e metacognição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

RESOLUÇÃO CEE Nº 460, **Consolida normas sobre a Educação Especial na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais**, 12 de dezembro de 2013.

SOLÉ, Isabel. **Orientação Educacional e Intervenção Psicopedagógica**. Porto Alegre: ARTMED Editores, 2001.

Autor:

Márcio Pereira, coordenador de Pedagogia da UEMG - Unidade Cláudio. E-mail andrewamaral78@gmail.com.